

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

DETERMINANTES PRINCIPAIS DAS RESPOSTAS À PANDEMIA DE COVID-19: modelos epidemiológicos, política macroeconômica, desigualdade de renda e capital social

Felipe Araujo de Moraes¹
Alexsandro Sousa Brito²

RESUMO

O trabalho propõe uma interpretação quanto aos fatores que foram (ou são) determinantes para mitigar as consequências mais imediatas de uma crise pandêmica, bem como àqueles que podem fazer soçobrar as respostas de políticas públicas. Para tanto, buscou responder as seguintes questões: as políticas macroeconômicas são suficientes para explicá-las? A estrutura institucional e a desigualdade importam? O trabalho foi feito por meio de uma revisão de literatura sistemática a partir das experiências dos Estados Unidos e da China. Entre os resultados destacam-se: a) a política fiscal, ainda que necessária, é insuficiente para o explicar o desempenho dos Estados Nacionais; b) as políticas de isolamento social são mais eficientes em sociedades mais homogêneas; c) maiores níveis de capital social produzem um distanciamento social mais efetivo; e d) somente a combinação de políticas híbridas, do ponto de vista, epidemiológico, foi capaz de produzir uma reabertura com mudança na trajetória da pandemia.

Palavras-chave: Covid-19. Política Econômica. Desigualdade. Capital Social.

ABSTRACT

This paper proposes an interpretation as to the factors that were (or are) determinant to mitigate the most immediate consequences of a pandemic crisis, as well as those that can undermine public policy responses. To this end, it sought to answer the following questions: are macroeconomic policies sufficient to explain them? Does institutional structure and inequality matter? The work was done through a systematic literature review based on the experiences of the United States and China. Among the results are: a) the fiscal policy, although necessary, is insufficient to explain the performance of the National States; b) social isolation policies are more efficient in more homogeneous societies; c) higher levels of social capital produce more effective social distancing; and d) only the combination of hybrid policies, from an epidemiological point of view, was able to produce a reopening with change in the trajectory of the pandemic.

Keywords: Covid-19. Economic Policy. Inequality. Social Capital.

¹ Membro pesquisador do GAPE (UFMA). Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: felipearaujo.m@hotmail.com

² Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDSE/UFMA). Doutor em Ciências Sociais – Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRRJ). E-mail: as.brito@ufma.br

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

A pandemia de coronavírus representa um dos choques globais mais inesperados e violentos que afetaram profundamente a vida humana. Certamente um evento de tamanha grandeza se assemelha apenas à grande depressão de 1929, à crise financeira de 2008 e, em menor medida, aos diversos choques e crises locais que ocorreram entre a década de 1970 e final dos anos 1990. Entretanto, esses eventos tinham sua origem no campo econômico. A crise desencadeada pela pandemia de coronavírus se diferencia pela sua origem em uma crise de saúde pública, que está acompanhada por perdas humanas inestimáveis e pela imposição de novos paradigmas para a vida em sociedade, com consequências distintas.

Quando as diversas nações foram confrontadas com uma pandemia global, viram-se obrigadas a tomar certas decisões e escolher determinados mecanismos de reação, é importante compreender o que condicionou o desempenho das respostas à crise do coronavírus: as políticas macroeconômicas são suficientes para explicá-las? A estrutura institucional e a desigualdade importam? Neste sentido, o objetivo deste trabalho é propor uma interpretação quanto aos fatores que foram (ou são) determinantes para mitigar as consequências mais imediatas de uma crise pandêmica, bem como àqueles que podem fazer soçobrar as respostas de políticas públicas.

Portanto, este trabalho contribui com debate público ao circunscrever e definir as relações teóricas que ajudam a entender o desempenho das respostas à crise do coronavírus. Para tanto, está dividido em quatro partes. A primeira descreve a estrutura básica de um modelo epidemiológico, para entender os encadeamentos da pandemia. A segunda busca a construção de um corpo teórico para as relações entre a pandemia e a macroeconomia. Já a terceira analisa como a desigualdade de renda pode mitigar ou potencializar os danos causados pela pandemia. Por fim, a quarta sugere como o nível de enraizamento do capital social se estrutura de modo a permitir que uma determinada sociedade possa responder coletivamente.

PROMOÇÃO



APOIO



2 MODELOS EPIDEMIOLÓGICOS: O *TRADE-OFF* ENTRE RECESSÃO E ÓBITOS

Eichenbaum, Rebelo e Trabandt (2021) desenvolvem um modelo epidemiológico SIR para estudar as interações entre a situação econômica e a pandemia. Para eles, a pandemia divide a população em quatro grupos: os **suscetíveis**, pessoas que ainda não tiveram contato com o vírus; os **infectados**, pessoas que contraíram a doença; os **recuperados**, pessoas que adquiriram imunidade sobre o vírus; e os **falecidos**, pessoas que vieram a óbito em consequência da contaminação. No modelo, a pandemia somente se encerra quando toda a população adquire imunidade ao vírus.

O distanciamento social reduz as mortes, mas provoca uma forte recessão. O trabalho evidencia o *trade-off* de curto prazo entre o número de mortes causadas pela pandemia e a gravidade da recessão econômica. Recomendam ainda o uso de uma política gradualista³. Eichenbaum, Rebelo e Trabandt (2021) alertam que as pressões públicas podem induzir os *policy makers* a atrasarem o início do isolamento ou a encerrá-lo de maneira antecipada. Essas decisões trariam efeitos de redução da recessão apenas no curto prazo, pois a disseminação do vírus aumenta, intensificando a crise de saúde, consequentemente, os custos econômicos de longo prazo são maiores.

Dois tipos de contenção podem ser adotados. Na contenção simples as restrições ao contato humano são homogêneas para os indivíduos. Por outro lado, na contenção inteligente, determinados grupos possuem níveis específicos de restrições. Com o isolamento direcionado para quem de fato pode transmitir o vírus as consequências são mitigadas⁴. (EICHENBAUM; REBELO; TRABANDT, 2021).

³ Nela, a intensidade do isolamento se eleva à medida que a disseminação aumenta, o que, paralelamente, também aumenta a gravidade da recessão. Mas no sentido inverso, à medida que o distanciamento surte efeito, reduz-se o rigor do distanciamento, proporcionando também um alívio econômico. (EICHENBAUM; REBELO; TRABANDT, 2021).

⁴ É importante ressaltar que tal contenção depende de testes e rastreamento, inclusive dos casos assintomáticos. Isso evidencia a necessidade de gastos para entender a pandemia e a movimentação do vírus em cada região. Além disso, ressalta que o papel do Estado não é apenas impor o isolamento social, mas coordenar ativamente as políticas de distanciamento.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Kubota (2021) desenvolve um modelo SIR-macro que, a partir da experiência japonesa, reafirma diversos pontos mencionados. Se o Estado suspende o bloqueio, a quantidade de infectados voltará a subir, sobrecarregando as UTI's, demandando novos ciclos de fechamento ainda mais rigorosos. Ciclos contínuos de fechamento e reabertura devem ser evitados, mantendo um *lockdown* mais suave até que as vacinas sejam plenamente distribuídas. Desse modo, o autor propõe uma política de uso de metas para direcionar os níveis de restrição. Assim como os bancos centrais se utilizam da taxa de juros para dominar a inflação, Kubota (2021) sugere uma espécie de “metas de UTI” (*ICU targeting*), um modelo no qual as autoridades determinam o nível de restrição com base em uma meta de utilização da capacidade das UTI's, buscando um número constante de pessoas em tratamento. A flexibilidade das metas de UTI facilita a busca de otimização do *trade-off*.

O modelo proposto por Ng (2020) considera infectado apenas quem está contaminado, mas ainda não teve diagnóstico de confirmação, e cria a categoria dos **Confirmados**, que se subdivide em **Com Sintomas Leves** e **Com Sintomas Graves**. Os pacientes confirmados com sintomas leves possuem maior probabilidade de transitarem para o grupo de **Recuperados**⁵. O modelo é calibrado para os Estados Unidos e ao testar bloqueios de 30, 60 e 90 dias Ng (2020) conclui que o isolamento social é capaz de atrasar a disseminação da pandemia, interrompendo o crescimento das curvas de casos e óbitos. Expandir as testagens para Covid é reduzir o número de pessoas que podem transmitir o vírus, pois se todos os confirmados realizam distanciamento social, as novas transmissões se originam apenas do grupo de infectados. E expandir a capacidade médica é capaz de reduzir o número de mortes.

Porém, o autor destaca que todas essas medidas atuam apenas no curto prazo e podem significar a retomada do contato social de maneira antecipada: assim que o distanciamento é removido, novas ondas de contaminação surgem e os indicadores voltam a piorar; expandir a quantidade de testes, na medida em que

⁵ Adicionalmente, o autor também considera a possibilidade de reinfecção, para isso assume que há determinada probabilidade de o indivíduo retornar para o grupo dos **Suscetíveis**. E a probabilidade de óbito é função do nível de utilização do sistema de saúde. (NG, 2020).

PROMOÇÃO



APOIO



reduz os riscos de contaminação, constitui incentivo para a retomada do contato social; o mesmo vale para a expansão da capacidade médica, que atua por meio da redução da letalidade. (NG, 2020).

Assim, o modelo postula que, tomadas individualmente, isolamento social, a expansão dos testes e da capacidade médica, possuem seus efeitos anulados no longo prazo. Por esse motivo, Ng (2020) conclui por recomendar uma política híbrida, que combine tanto a expansão dos testes, com o intuito de reduzir a circulação das pessoas infectadas, como a manutenção das políticas de bloqueios, no intuito de conter o incentivo ao retorno precoce das atividades. Somente a combinação de políticas foi capaz de produzir uma reabertura com mudança real na trajetória da pandemia, com menos casos e mortes. (NG, 2020).

3 A MACROECONOMIA DE UMA PANDEMIA

O choque recessivo da pandemia não é algo trivial pois produz choques de oferta e de demanda. O choque de oferta se origina do fato que os trabalhadores são impedidos de ofertar mão de obra, tendo em vista a imposição do distanciamento social. Ao mesmo tempo os consumidores aumentam a poupança, reduzindo seus gastos, ocasionando um choque de demanda. Tanaka (2022) avalia a forma e os impactos das crises de SARS⁶, MERS⁷ e Covid-19 na Ásia. Constata que a grande singularidade da Covid-19 é a presença do choque de oferta⁸.

Segundo Romer (2021), em uma recessão ordinária o objetivo da política macroeconômica é recompor o mais rápido possível a demanda, o Estado preenche a lacuna e retoma a atividade. Mas em uma recessão pandêmica tal medida implicaria maiores interações humanas e disseminação. Além disso, a Covid-19 produz efeitos desiguais na economia. Certas profissões são inviáveis no modelo remoto, o que produz maior risco de desemprego ou de contaminação. (ROMER, 2021). Segundo Tanaka (2022), países desenvolvidos possuem menos postos de

⁶ Sigla em inglês para Síndrome respiratória aguda grave.

⁷ Sigla em inglês para Síndrome respiratória do Oriente Médio.

⁸ Que é singularmente destrutivo, uma vez que se manifestará no aumento do desemprego, desestruturando as cadeias produtivas, sendo mais difícil de reverter que um choque de demanda.



trabalhos como estes. Destaca ainda que os trabalhadores mais prejudicados serão os de baixa renda e de baixa qualificação. As empresas também são afetadas a depender do porte ou setor de atuação. Coloca-se o dilema do direcionamento da política fiscal: como estimular a demanda agregada sem aumentar a disseminação do vírus?

Wang, Gao e Zhou (2022) ressaltam que os efeitos da política monetária apresentam certa defasagem para atingir a atividade econômica, ao passo que a política fiscal produz efeitos mais imediatos. Com base nos BRICS-T⁹, Junfeng *et al.* (2022), encontram evidência em favor da superioridade da política fiscal em promover a atividade e o desenvolvimento econômico durante e no pós-pandemia. Mas não afirmam que a política fiscal isolada é capaz de contornar a crise, na realidade, reconhecem a necessidade de complementação das funções das políticas, com a política monetária sendo fundamental para a manutenção da estabilidade.

Mehlum e Torvik (2021) desenvolvem um modelo de dois setores, apresentado no Gráfico 1, para entender o choque econômico causado pela pandemia. Y_2 é a produção diretamente afetada pelo distanciamento¹⁰ e Y_1 a produção restante. Um choque inicial reduz a produção Y_2 , tornando-a inferior a Y_2^0 , produzindo uma “poupança forçada” igual ao deslocamento de D_2 para D_2' , resultado da demanda não atendida. A renda de um setor é a demanda do outro, logo o choque é retransmitido entre os setores. A redução da atividade no setor Y_2 reduz a demanda de Y_1 , o que desloca o ponto de equilíbrio de **A** para **B**: produção menor nos dois setores.

De acordo com Mehlum e Torvik (2021), essa retransmissão dos choques pode amplificar as quedas na demanda agregada, superando inclusive a magnitude do choque inicial. Dessa forma, o novo equilíbrio se daria em **C**, considerando até mesmo o impacto em outras variáveis, como investimento, desemprego e as exportações líquidas. Então, os autores postulam que se existe capacidade ociosa no setor Y_1 , a política fiscal será capaz de expandir a produção e o emprego em Y_1 ,

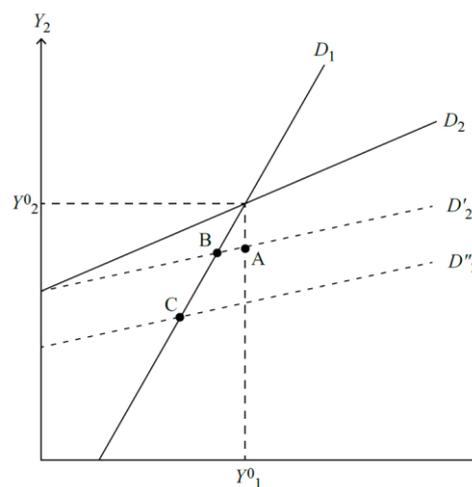
⁹ Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul e Turquia.

¹⁰ Para simplificar, podemos entender como o setor de serviços.



de modo a compensar a redução observada em Y_2 , mas nunca será possível recompor a produção em Y_2 uma vez que existe a restrição imposta pelo distanciamento social. O que pode haver é a compensação imperfeita entre setores. Se Y_2 não poderá ser reativado, tem-se a inviabilidade de debelar o choque econômico sem superar a crise de saúde pública.

Gráfico 1 - Desligamento parcial do Setor 2 por Covid-19



Fonte: Mehlum e Torvik (2021).

Na pandemia a emissão monetária ressurgiu como instrumento plausível de financiamento do Estado. De acordo com Arquíé, Hericourt e Tripier (2020) as taxas de juros dos títulos soberanos são negociadas no mercado, sendo influenciadas pela confiança na sustentabilidade da dívida, e no contexto de pandemia a dívida pública pode assumir uma trajetória insustentável¹¹. Por outro lado, se o governo financia seus gastos via emissão monetária, ele nunca precisará reembolsar o banco central, logo não há pressão sobre a dívida pública. Se não haverá aumento da dívida pública os agentes não projetam um aumento de impostos no futuro e o princípio da equivalência ricardiana não se aplica, as pessoas elevam o gasto no presente. (ARQUIÉ; HERICOURT; TRIPIER, 2020). Mas os autores reconhecem que tal

¹¹ Se o Estado executa despesas volumosas (pressionando a dívida pública) e soma-se um contexto futuro de alta dos juros e estagnação econômica, gesta-se, então, a possibilidade de descompasso na coordenação das expectativas e descontrole sobre a trajetória da dívida.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

estratégia não é livre de riscos, sendo o descontrole inflacionário uma das principais críticas a esse modelo.

4 A RELEVÂNCIA DA DESIGUALDADE DE RENDA

Se, por conta da desigualdade de renda, alguns indivíduos não possuem os recursos necessários para se manter durante isolamento, o *lockdown* não será cumprido em sua plenitude. Por ser mais dura com os menos favorecidos, a crise pandêmica também potencializa a desigualdade. Segundo Esseau-Thomas, Galarraga e Khalifa (2022): o aumento de desemprego é maior para postos de baixa qualificação; as condições de saúde prejudicadas (obesidade, dieta de baixa qualidade, sedentarismo e doenças preexistentes) tornam a pandemia mais mortal para os mais pobres, abrindo margem para a vulnerabilidade financeira; pouco acesso à informações de qualidade sobre os cuidados pessoais; bairros densamente povoados favorecem a disseminação; além das dificuldades na migração para o ensino remoto (espaço físico, *internet*, *notebook* ou *smartphone*).

Eichenbaum, Rebelo e Trabandt (2022) reafirmam muitas dessas relações. Segundo eles, a demanda por produtos e serviços que exigem grande contato social é reduzida, produzindo ondas de desemprego para muitos e maior risco de exposição ao vírus para outros. Se faz necessário que o Estado forneça rendas emergenciais aos mais vulneráveis que foram impactados pela pandemia e impedidos de trabalhar. Assim, contribui-se não só para que a resposta à pandemia seja mais eficiente, mas também para evitar que a desigualdade se expanda a longo prazo.

Perugini e Vladisavljević (2021) desenvolvem um modelo que explicita a relação de *trade-off* entre o nível de contágio da Covid-19 e o rigor do isolamento social. No Gráfico 2 a seguir, a relação entre as variáveis “nível de contágio” (**C**) e “nível de *Lockdown*” (**L**) é ilustrada, compondo uma curva onde várias combinações dessas duas variáveis são possíveis. O ponto em que o país se insere na curva

PROMOÇÃO

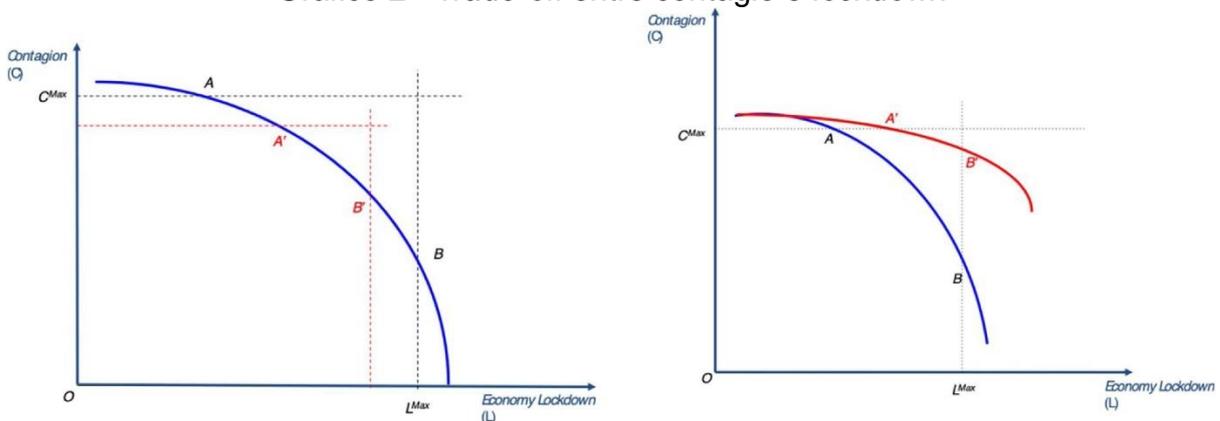


APOIO



depende da estratégia de resposta do Estado¹². Em seguida, os autores introduzem a noção dos níveis máximos de contágio e *lockdown*, para além desses pontos a estabilidade da sociedade fica comprometida por tensões sociais ou busca dos meios de subsistência¹³.

Gráfico 2 - Trade-off entre contágio e *lockdown*



Fonte: Perugini e Vladislavljević (2021).

Os autores supõem ainda um modelo não linear de relação entre **C** e **L**, que é ilustrado no lado direito do diagrama. Nele é possível concluir que, para um dado nível elevado de contágio (**C**), executando um mesmo esforço de *lockdown*, os resultados serão menores se a curva for mais plana (curva vermelha), ao passo que nas mesmas condições, em uma curva mais inclinada (curva azul), os resultados em termos de redução do contágio são melhores. (PERUGINI; VLADISAVLJEVIĆ, 2021). É preciso esclarecer então o que determina a inclinação da curva **CL**. Segundo os autores, a inclinação da curva **CL** é determinada por diversos fatores estruturais e institucionais, dentre eles: a) a composição da indústria e o nível da

¹² Se o país adota uma estratégia de imunidade de rebanho, colocando o funcionamento normal da economia como prioridade, escolhe, portanto, um **C** alto e um **L** baixo, localizando-se no quadrante superior do gráfico à esquerda. Se por outro lado, a sociedade realiza um *lockdown* relevante, colocando como prioridade evitar a disseminação do vírus, escolhe um **C** baixo e um **L** alto, localizando-se no quadrante inferior do gráfico à esquerda. (PERUGINI; VLADISAVLJEVIĆ, 2021).

¹³ Assim, os pontos **A** e **B** representam os limites máximos de sociedades com sistemas de saúde mais inclusivos, com políticas de bem-estar e proteção social mais generosas. Por outro lado, os pontos **A'** e **B'** representam sociedades com o extremo oposto, por isso como menos condições de combater a crise, consequentemente uma margem de decisão reduzida. (PERUGINI; VLADISAVLJEVIĆ, 2021).



tecnologia; b) condições e padrão de trabalho; c) características culturais que afetem a disciplina e o respeito e, por fim d) desigualdades socioeconômicas. Os autores enfatizam ainda que as desigualdades socioeconômicas afetam não somente a inclinação da curva **CL**, mas também sua posição, já que ela se desloca mais para cima e para a direita.

A associação positiva da desigualdade de renda com casos e óbitos por Covid-19 é confirmada por Wildman (2021). Segundo conclusão do autor, países com maior desigualdade de renda enfrentaram maiores dificuldades para conter a disseminação da Covid por conta de indicadores socioeconômicos igualmente ruins¹⁴. Nesse sentido, países mais igualitários estão melhor preparados e em uma posição mais confortável para lidar com a crise. A maior desigualdade cria um grupo maior de vulneráveis, que estão em piores condições, não tendo instrumentos para reagir à crise da pandemia. (WILDMAN, 2021). Esses indivíduos além de descumprirem o *lockdown*, se expondo ao vírus, também são os mais afetados economicamente pela paralisação.

Com o intuito de estudar as relações entre desigualdade de renda de mortalidade por Covid, Sepulveda e Brooker (2021) constroem um modelo econométrico que analisa o impacto da desigualdade de renda para 22 países da OCDE, incluem ainda uma estratificação em quatro grupos de faixa etária (15-44, 45-64, 65-79 e ≥ 80). Os autores encontram que uma maior desigualdade de renda está associada à maior mortalidade por Covid-19 para todas as faixas etárias delimitadas. Destacam que as condições prévias de saúde prejudicadas, a maior exposição ao vírus em suas ocupações e o menor acesso a tratamento médicos são fatores que explicam, em parte, essa relação.

5 O PAPEL DO CAPITAL SOCIAL

Outro fator determinante é o nível do capital social, que se relaciona com a confiança no Estado, nas instituições, em indivíduos ou grupos. Para Middlewood e

¹⁴ Para além da própria desigualdade de renda: habitação precária, poluição, estilo de vida e de alimentação prejudicada, escolaridade e níveis de saúde pública baixos.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Joslyn (2021), capital social é a capacidade de desenvolver uma mentalidade comunitária, que produz confiança, normas de reciprocidade e participação na vida cívica. É a capacidade de associação em favor de uma meta comum. Assim, maiores níveis de capital social produzem um distanciamento social mais efetivo, pois “todos” renunciam à sua individualidade, incorrendo algum grau de sacrifício, mas buscando atingir o bem coletivo: a contenção do vírus. O comprometimento com a saúde dos demais pode tornar o distanciamento social e o uso de máscaras um dever cívico. (MIDDLEWOOD; JOSLYN, 2021).

Elgar, Stefaniak e Wohl (2020), avaliam o nível de capital social com base em quatro parâmetros: o engajamento cívico, a afiliação a grupos sociais, a confiança com base em familiaridade (*trust*), por isso sem fundamentação lógica, e a confiança nas instituições públicas (*confidence*), baseadas em algum fundamento legitimador. Os autores encontram que o engajamento cívico e a confiança nas instituições (*confidence*), possuem relação negativa com o número de mortes por Covid-19, isto é, maiores níveis desses aspectos do capital social tendem a facilitar o combate ao vírus. Por outro lado, maiores níveis de confiança por familiaridade (*trust*) e maior afiliação a grupos sociais demonstrou ter o efeito de aumentar as mortes por Covid-19, apresentando uma relação positiva com a mortalidade, dificultando a resposta de um país. Uma possível explicação para a relação positiva é que a confiança por familiaridade (*trust*) e a afiliação a grupos, representam um vínculo extremamente forte e pessoal entre os indivíduos, que por isso estão vulneráveis a desinformação e a tratamentos falsos. (ELGAR; STEFANIAK; WOHL, 2020).

Nesta perspectiva, os resultados da resposta à pandemia são influenciados pelos tipos de relação de confiança predominantes na sociedade. Liu, Shahab e Hoque (2022) realizam um estudo com 178 países, e investigam os determinantes da confiança do público no governo durante a pandemia. Os autores destacam os seguintes determinantes: o sistema de governança, o sistema jurídico, o *ethos* político e o *ethos* cultural, as experiências com epidemias passadas, além da forma em que é feita a divulgação de informações e a comunicação entre o Estado e a população.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Em uma pandemia, o primeiro grande desafio da confiança é manter uma comunicação adequada, minimizando a assimetria de informação e a incerteza – fatores que impedem a tomada racional de decisões –, por isso é fundamental a comunicação franca, transparente, imparcial e verdadeira. (LIU; SHAHAB; HOQUE, 2022). Liu, Shahab e Hoque (2022) destacam ainda, que o sistema legal, na medida em que também determina as instituições públicas, é capaz de influenciar a confiança no Estado. Se o sistema legal tende para o liberalismo, há uma maior desconfiança quanto às decisões tomadas pelo soberano, já em sistemas legais mais intervencionistas, o governo tende a gozar de mais confiança. Ao mesmo tempo as prioridades diferem, Estados liberais tendem a dar primazia ao aspecto econômico em detrimento das questões sociais, já Estados intervencionistas tendem a considerar primeiro as questões sociais para depois avaliar o mérito econômico, e por isso possuem sistemas de bem-estar mais desenvolvidos.

Our study provides the first evidence that integrated government response policies, underpinned by economic subsidies and containment health measures, are vital for winning public trust. Further, we demonstrate that the impact of government measures on public trust differs according to legal systems, [...] the strength of our results emphasizes the overwhelming importance of transparency and truthfulness in official communications with citizens. Public information and campaigns are decisive in allaying people's fears and enlisting public support in the fight against COVID, which is crucial to the management of the crisis and the economic aftermath. Our evidence embodies a strong message that government and its agencies must coordinate their efforts to reach out and open dialogues with global communities. (LIU; SHAHAB; HOQUE, 2022, p. 596).

Os autores observam que as medidas de saúde (testes e rastreamento do vírus), as medidas de apoio econômico e a divulgação de informações são capazes de aumentar a confiança do público no governo. Por outro lado, descobrem que a adoção de políticas de restrição ao contato social possui sinal negativo, reduzindo a confiança, mas tal parâmetro foi estatisticamente insignificante. Liu, Shahab e Hoque (2022) concluem que uma resposta articulada, que compreenda tanto as medidas de saúde, as medidas econômicas e a manutenção de uma comunicação transparente, são capazes de reforçar a confiança do público no Estado, permitindo a colaboração.

PROMOÇÃO



APOIO



6 CONCLUSÃO

Este trabalho procurou analisar quais aspectos podem condicionar o desempenho das respostas dos países à pandemia do Covid-19. A questão é importante à medida em que se observou distintas experiências no combate ao patógeno. A priori, poder-se-ia apontar a necessidade da política fiscal como elemento indispensável para a mitigação da crise de saúde pública. Contudo, percebeu-se, também, que o gasto público sofre restrições e, portanto, ainda que necessário, não é suficiente para explicar o desempenho das respostas dadas pelos Estados Nacionais.

Verificou-se que, em situações como as inauguradas pela crise de coronavírus, o impacto na atividade econômica se dá tanto pelo lado da demanda (o caso de recessões econômicas ordinárias) como pelo lado da oferta (recessões pandêmicas), o que distingue particularmente a pandemia do coronavírus, já que ainda que o Estado, por meio do gasto, público consiga recuperar a demanda em setores com capacidade ociosa, não o faz em setores que são afetados diretamente pelas políticas de isolamento social, como é o caso do setor de serviços.

Outro aspecto importante é que as políticas de isolamento social, inclusive as mais rigorosas, como o *Lockdown*, parecem ser bem mais adequadas (considerando a relação inversa que existe entre o maior distanciamento e o menor número de casos e óbitos) em sociedades com relativa homogeneidade econômica. Em países com elevado grau de desigualdade, ainda que o esforço das políticas de isolamento seja relativamente o mesmo de sociedade mais homogêneas, nada garante que o impacto de redução de contágio e mortes seja o mesmo, já que a luta pela manutenção das condições mínimas de existência dos mais vulneráveis levará a se ignorar as imposições de restrição social.

O nível do capital social é, também, um determinante importante para compreensão do desempenho das respostas de enfrentamento à pandemia. O engajamento cívico, a afiliação a grupos sociais e a confiança nas instituições públicas (*confidence*), baseadas em algum fundamento legitimador, estão

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

associadas negativamente com o número de mortes por Covid-19. No tocante a este último, ressalta-se que o sistema de governança, o sistema jurídico, o *ethos* político e o *ethos* cultural, bem como as experiências com epidemias passadas, além da forma em que é feita a divulgação de informações e a comunicação entre o Estado e a população, são fundamentais na explicação da confiança do povo no governo. Portanto, o grande desafio da confiança é manter uma comunicação adequada, minimizando a assimetria de informação e a incerteza – fatores que impedem a tomada racional de decisões.

Por último, o modelo de controle epidêmico adotado também exerce grande influência nos resultados das respostas à crise sanitária. Contudo, como visto, somente a combinação de políticas híbridas, do ponto de vista, epidemiológico, foi capaz de produzir uma reabertura com mudança real na trajetória da pandemia, com menos casos e mortes.

REFERÊNCIAS

ARQUIÉ, A.; HERICOURT, J.; TRIPIER, F. Covid-19: Has the Time Come for Mainstream Macroeconomics to Rehabilitate Money Printing. **La Lettre du C.E.P.I.I.**, [S. l.], v. 31, 2020.

EICHENBAUM, M. S.; REBELO, S.; TRABANDT, M. The Macroeconomics of Epidemics. **The Review of Financial Studies**, [S. l.], v. 34, n. 11, p. 5149–5187, 18 out. 2021.

EICHENBAUM, M. S.; REBELO, S.; TRABANDT, M. The macroeconomics of testing and quarantining. **Journal of Economic Dynamics and Control**, [S. l.], v. 138, p. 104337, maio 2022.

ELGAR, F. J.; STEFANIAK, A.; WOHL, M. J. A. The trouble with trust: Time-series analysis of social capital, income inequality, and COVID-19 deaths in 84 countries. **Social Science & Medicine**, [S. l.], v. 263, p. 113365, out. 2020.

ESSEAU-THOMAS, C.; GALARRAGA, O.; KHALIFA, S. Epidemics, pandemics and income inequality. **Health Economics Review**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 7, dez. 2022.

JUNFENG, R. *et al.* Managing transitions for sustainable economic development in post-COVID world: do fiscal and monetary support matter? **Economic Research-Ekonomska Istraživanja**, [S. l.], p. 1–14, 2 fev. 2022.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

KUBOTA, S. The macroeconomics of COVID-19 exit strategy: the case of Japan. **The Japanese Economic Review**, [S. l.], v. 72, n. 4, p. 651–682, out. 2021.

LIU, J.; SHAHAB, Y.; HOQUE, H. Government Response Measures and Public Trust during the COVID-19 Pandemic: Evidence from Around the World. **British Journal of Management**, [S. l.], v. 33, n. 2, p. 571–602, abr. 2022.

MEHLUM, H.; TORVIK, R. The macroeconomics of COVID-19: a two-sector interpretation*. **Review of Keynesian Economics**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 165–174, abr. 2021.

MIDDLEWOOD, A. T.; JOSLYN, M. R. Staying Home on the Range: Social Capital and Social Distancing in the Great Plains during COVID-19. **Great Plains Research**, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 135–143, 2021.

NG, W. L. To lockdown? When to peak? Will there be an end? A macroeconomic analysis on COVID-19 epidemic in the United States. **Journal of Macroeconomics**, [S. l.], v. 65, p. 103230, set. 2020.

PERUGINI, C.; VLADISAVLJEVIĆ, M. Social stability challenged by Covid-19: Pandemics, inequality and policy responses. **Journal of Policy Modeling**, [S. l.], v. 43, n. 1, p. 146–160, jan. 2021.

ROMER, C. D. The Fiscal Policy Response to the Pandemic. **Brookings Papers on Economic Activity**, [S. l.], v. 2021, n. 1, p. 89–110, 2021.

SEPULVEDA, E. R.; BROOKER, A.-S. Income inequality and COVID-19 mortality: Age-stratified analysis of 22 OECD countries. **SSM - Population Health**, [S. l.], v. 16, p. 100904, dez. 2021.

TANAKA, S. Economic Impacts of SARS/MERS/COVID-19 in Asian Countries. **Asian Economic Policy Review**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 41–61, jan. 2022.

WANG, S.; GAO, H.; ZHOU, B. Research on the Dynamic Feedback Mechanism of Fiscal Policy Regulation Under COVID-19: Evidence From China. **Frontiers in Public Health**, [S. l.], v. 10, p. 931135, 5 jul. 2022.

WILDMAN, J. COVID-19 and income inequality in OECD countries. **The European Journal of Health Economics**, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 455–462, abr. 2021.

PROMOÇÃO



APOIO

